GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

banrisul consórcio

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92692979/0001-24
Rua Siqueira Campos, 833 - 4º andar - Porto Alegre - RS

Nota 10 - Provisões Cíveis e Fiscais e Passivos Contingentes (Administradora)
A Banrisul Consórcios possui provisões e passivos contingentes para processos judiciais cíveis (decorrentes de processos movidos por consorciados) bem como provisões e passivos contingentes para processos judiciais fiscais (resultantes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos à cobrança de ISS movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios). Não há provisões de ações trabalhistas.
a) Provisões para Processos Judiciais Cíveis e Fiscais – Prováveis
As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Provisões Cíveis	Provisões Fiscais	2025
Saldo Inicial	590	272	862
Constituição e Atualização Monetária	287	17	304
Reversão da Provisão	(262)	-	(262)
Baixas por Pagamento	(49)	-	(49)
Saldo Final	**566**	**289**	**855**

b) Passivos Contingentes
De acordo com as práticas contábeis, não foram constituídas provisões para os passivos contingentes classificados como possíveis pelos assessores jurídicos. Não há passivos contingentes trabalhistas e cíveis classificados como possíveis em 31/12/2025.

	31/12/2025
Passivos Contingentes Fiscais	39.743

Nota 11 - Outros Passivos (Administradora)

	Até 12 Meses	Após 12 Meses	31/12/2025
Taxa de Administração a Apropriar [1]	59.731	47.743	107.474
Provisões Operacionais	9.153	-	9.153
Outros	-	739	739
Total			**117.366**

(1) Antecipações de taxa de administração recebidas dos cotistas de grupos de consórcios a apropriar de forma linear conforme contrato com cliente.

Nota 12 - Patrimônio Líquido (Administradora)
a) Capital Social
O Capital Social no valor de R$ 330.000 é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. é o acionista majoritário, com participação de 99,7% do total das ações.
b) Distribuição de Resultados
O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.
A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida de acordo com a Lei das S/A e o estatuto social da companhia.
O quadro a seguir demonstra o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de acordo com o estatuto social vigente.

	2025
Lucro Líquido do Período	116.319
(-) Reserva Legal (5%)	(5.816)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos	110.503
Dividendos Propostos (25%)	27.626
Dividendos por Ações em Circulação – R$	0,31

Nota 13 - Receita de Prestação de Serviços (Administradora)

	2º Semestre 2025	2025
Taxa de Administração de Consórcio [1]	95.792	158.120
Taxa de Permanência sobre Recursos Não Procurados	4.469	9.305
Outras Receitas de Serviços	1.758	1.864
Total	**102.019**	**169.289**

(1) Receita reconhecida de acordo com a metodologia descrita na nota 3(b) que em 2025 conforme implementação sistêmica permitiu a apuração da taxa de administração por contrato/cota.

Nota 14 - Outras Despesas Administrativas (Administradora)

	2º Semestre 2025	2025
Serviços de Terceiros	(11.785)	(22.543)
Diretoria e Conselhos	(1.611)	(3.052)
Comissões de Vendas	(12.775)	(16.736)
Processamento de Dados	(2.133)	(4.497)
Propaganda e Publicidade	(2.295)	(3.336)
Doações e Patrocínios (deduções IRPJ/CS)	(1.480)	(1.480)
Provisões Operacionais	(1.833)	(9.323)
Diversas	(1.261)	(2.314)
Total	**(35.173)**	**(63.282)**

Nota 15 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (Administradora)
(a) Conciliação do Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre 2025	2025
Resultado Antes dos Tributos	**106.537**	**172.359**
Adições (Exclusões) Permanentes/Temporárias – IRPJ [1]	(31.595)	(21.767)
Adições (Exclusões) Permanentes/Temporárias – CSLL [1]	(31.622)	(21.810)
(=) Base IRPJ	**74.942**	**150.592**
(=) Base CSLL	**74.915**	**150.549**
Imposto de Renda	(19.488)	(38.388)
Contribuição Social	(6.742)	(13.550)
Deduções Doações e Patrocínios	1.480	1.480
IRPJ e CSLL Corrente	(24.750)	(50.458)
IRPJ e CSLL Diferidos	(11.210)	(5.582)
IRPJ e CSLL Registrados no Resultado	**(35.960)**	**(56.040)**

(1) Majoritariamente, as adições e as exclusões são temporárias e referem-se, em grande parte, a ajustes ao regime de competência do CPC 47 (receita antecipada e custo incremental para obtenção de contrato).

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Ativo

	Saldo Inicial 01/01/2025	Constituição (Realização)	Saldo Final 31/12/2025
Provisões Operacionais	1.229	1.883	3.112
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	-	16	16
Perdas Esperadas	39	(39)	-
Receitas Antecipadas	41.384	(4.843)	36.541
Provisões Cíveis e Fiscais	293	(2)	291
Total do Ativo Fiscal Diferido	**42.945**	**(2.985)**	**39.960**

(c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
2026	6.149	17.080	23.229
2027	2.111	5.864	7.975
2028	1.068	2.966	4.034
2029	592	1.645	2.237
2030	281	781	1.062
2031	148	411	559
Após 2031	229	635	864
Total 31.12.2025	**10.578**	**29.382**	**39.960**

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa SELIC, é de R$ 32.754.

(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Passivo

	Saldo Inicial 01/01/2025	Constituição (Realização)	Saldo Final 31/12/2025
Custo Incremental para Obtenção de Contrato	13.179	2.598	15.777
Total do Passivo Fiscal Diferido	**13.179**	**2.598**	**15.777**

Nota 16 - Transações com Partes Relacionadas (Administradora)
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de baixo risco.
As transações com partes relacionadas com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. compreendem depósitos e aplicações em letras financeiras, bem como o acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Consórcios. O Fundo Premium é administrado pela Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários. Além disso, o Banrisul mantém relação com o Banrisul Instituto Cultural e Social, associação civil sem fins lucrativos integrante do Grupo Banrisul, para a qual foram realizadas doações no exercício, enquadrando-se assim como parte relacionada para fins de divulgação contábil.
A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
Os Administradores possuem uma cota de grupo de consórcio administrado pela companhia.

	31/12/2025 Ativos (Passivos)	2º Semestre 2025 Receitas (Despesas)	2025 Receitas (Despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.			
Disponibilidades	184	-	-
Ativos Financeiros	605.064	41.799	74.335
Obrigações Sociais e Estatutárias	(27.538)	-	-
Convênio Prestação de Serviços	(2.713)	(18.926)	(29.088)
Outros	(1.030)	(833)	(1.648)
Fundo Premium FI RF LP			
Ativos Financeiros	31.011	5.490	10.192
Banrisul Instituto Cultural e Social			
Outras Despesas Administrativas	-	(690)	(690)

Nota 17 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes (Administradora)
O artigo 34 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 define resultado não recorrente como o resultado que (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício de 2025 a companhia não registrou resultado não recorrente.
Nota 18 - Aplicações Financeiras (Grupos de Consórcios)
As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R$ 758.963 e estão alocadas em cotas de fundos referenciados DI administrados pela Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários.
Nota 19 - Direitos Junto a Consorciados Contemplados (Grupos de Consórcios)
Os direitos junto a consorciados contemplados estão assim representados:

	2025
Curso Normal	998.939
Em Atraso	5.035
Em Cobrança Judicial	4.631
Total	**1.008.605**

Nota 20 - Gerenciamento de Risco
A Banrisul Consórcios adota uma estrutura de gerenciamento de riscos operacionais e de mercado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, e, em atendimento à Resolução nº 352/2023, reforça seu compromisso com a solidez, a transparência e a governança corporativa.
A estrutura de gerenciamento de riscos está integrada aos processos estratégicos e operacionais da companhia, sendo compartilhada com seu controlador, Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), o que assegura sinergia, padronização e efetividade na gestão dos riscos relevantes.
Essa estrutura contempla políticas, procedimentos e sistemas voltados à identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais e de mercado, com base em critérios de materialidade e proporcionalidade. A governança de riscos é composta por instâncias com responsabilidades claramente definidas, respeitando a segregação de funções e assegurando o reporte tempestivo à alta administração.
A estrutura de controles internos é continuamente avaliada quanto à sua efetividade, por meio de testes periódicos e planos de ação corretivos, quando necessário. Relatórios gerenciais são elaborados com periodicidade definida, permitindo o acompanhamento sistemático dos riscos e contribuindo para a tomada de decisões fundamentadas e alinhadas ao apetite de risco da instituição.

PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026.

Cesar Luis Baumgratz — Elói Astir Stertz — Felipe Moreira Cruzeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Cotistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre - RS
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Banrisul Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2025 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.
Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditoria das demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Ênfase
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2(e) às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BCB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Banrisul Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Consórcios continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

João Paulo Stellfeld Passos
Contador CRC nº 1 PR 053072/O-7

Diretoria
Gilberto Capoani
Diretor-Presidente
Artemino Raimundo Rosin
Diretor
Otomar Oleques Vivian
Diretor

Conselho de Administração
Fernando Postal - **Presidente**
Flávio Pompermayer - **Vice-Presidente**
Giusepe Lo Russo - **Conselheiro**
Marcelo Soares Alves - **Conselheiro**
Sonia Maria Nogueira Saconi - **Conselheira**
Werner Köhler - **Conselheiro**
Ladir Cezar Cardoso Matias - **Conselheiro**

Ana Roselaine Leindeker da Silva
Contadora
CRC RS-056194